

MARLI CRISTINA BARATA ESTEVES

CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO E DESCULPA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

**A problemática do pagamento de salários
em contraposição ao pagamento de impostos**

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
Lisboa 2017

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| LISTA DE ABREVIATURAS | 9 |
| PREFÁCIO | 11 |
| <i>Germano Marques da Silva</i> | |
| INTROITO | 13 |
| § 1. <i>O pagamento de impostos como objeto de tutela penal</i> | 15 |
| 1.1. O papel central do imposto na organização social moderna | 16 |
| 1.2. Tutela penal como reconhecimento máximo de relevância do imposto | 18 |
| 1.2.1. O RGIT | 20 |
| 1.3. O bem jurídico protegido nos Crimes Fiscais | 23 |
| § 2. <i>O pagamento de salários como causa de justificação ou de exclusão da culpa</i> | 29 |
| 2.1. O Direito de Necessidade do artigo 34.º do C. Penal Português | 30 |
| 2.2. O Estado de Necessidade Desculpante do artigo 35.º do C. Penal Português | 34 |
| 2.3. O Conflito de Deveres do artigo 36.º do C. Penal Português | 37 |
| 2.4. As Causas de Justificação e de Exclusão da Culpa no Código Penal Português | |
| Contraposição conceptual | 39 |
| 2.5. O pagamento de salários como causa justificante | 44 |
| 2.5.1. Através do Direito de Necessidade | 44 |
| 2.5.2. Pelo Conflito de Deveres | 45 |
| 2.6. O pagamento de salários como causa de exclusão da culpa por aplicação do Estado de Necessidade Desculpante | 47 |
| 2.6.1. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a existência de um direito fundamental ao pagamento de salários | 50 |
| 2.6.2. Da aplicabilidade imediata do regime dos Direitos, Liberdades e Garantias | 52 |
| 2.7. O Estado de Necessidade Desculpante: Preponderância do dever de pagar salários | 53 |
| CONCLUSÃO | 59 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 61 |
| JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA | 65 |

Prefácio

Correspondo com muito gosto ao pedido da Autora para escrever o prefácio deste “livrinho”. Faço-o honrado por três razões essenciais: por a Mestre Marli Cristina Barata Esteves ter sido minha aluna, motivo primeiro para me honrar com o seu sucesso acadêmico, por este livro corresponder à sua dissertação de mestrado, que tive também muito gosto em orientar, e, por último, mas não com menos significado e gosto pessoal, pelo esforço e atrevimento da Autora em procurar uma solução justa para *a problemática do pagamento de salários em contraposição ao pagamento de impostos* que constitui o cerne do livro e com que as empresas e os tribunais deparam com demasiada frequência.

A missão do jurista não consiste apenas em ler a lei. Saber ler é condição primeira, pressuposto indispensável para a interpretação das leis, mas não chega. A lei aspira à realização da justiça e o jurista, qualquer que seja a sua veste profissional, tem sempre de procurar a solução justa do caso de vida a que a lei se há de aplicar. É esse esforço na busca da Justiça, que este livro, pequeno no tamanho mas grande no propósito, testemunha. Fui o primeiro a sentir o desespero moral da Autora quando confrontada com a doutrina e jurisprudência dominantes e acompanhei muito de perto o esforço que fez para ultrapassá-las, para descobrir uma solução jurídica para a problemática que a perturbava e para cuja solução não encontrava resposta que a satisfizesse. Encontrou a via, não tanto a solução.

Não compete ao prefaciador fazer a apologia da obra nem comentar o seu conteúdo. O prefácio deve limitar-se, como o entendo, a apresentar o Autor e a obra, mas é inevitável que ao aceitar o encargo adira no essencial ao seu conteúdo. No meu caso por maioria de razão: fui o orientador da dissertação e não lhe fiz qualquer reserva!

A obra consiste essencialmente na análise das *causas de justificação e desculpa em matéria tributária*, como o título revela, mas a sua valia acrescida reside no contributo da Autora na busca de uma solução jurídica para a *problemática do pagamento de salários em contraposição ao pagamento de impostos*. Não traz a solução

para as numerosas questões que essa problemática suscita; apresenta simplesmente uma via a percorrer, uma via aberta para ser explorada caso a caso. Isso mesmo fica claro quando a Autora escreve a fechar o último número – 2.7. *O Estado de Necessidade Desculpante: Preponderância do dever de pagar salários* – antes da Conclusão: “*Cada caso será um caso. Não há vidas iguais, mas uma maior ponderação conduziria, com certeza, a decisões mais justas.*”

Como da Autora, é também minha convicção que as questões pertinentes ao emprego e aos salários têm de ser ponderadas na perspectiva predominante dos direitos e deveres fundamentais e é nessa valia que o confronto e conflito entre o dever fundamental de pagar impostos e o direito aos salários, ambos com dignidade constitucional, deve ser equacionado. E deve sê-lo em cada caso, atendendo a todas as circunstâncias, e não de modo formal pela preponderância em abstrato de um sobre o outro.

Louvei o esforço da Mestre Marli Cristina Barata Esteves enquanto estudante e refletido em parte na sua dissertação de mestrado, que ora publica. Espero que a sua leitura atenta constitua um incentivo aos leitores, especialmente aos juristas que cultivam as áreas dos direitos tributário e do trabalho, na procura constante de soluções justas para os casos ocorrentes.

Lisboa, 30 de abril de 2017

Germano Marques da Silva

Professor Catedrático de Direito
Universidade Católica Portuguesa